

Prefácio por James A. Weisheipl, O.P.

O propósito da lógica é fornecer um guia analítico para a descoberta da verdade demonstrada e de todas as suas várias aproximações ao longo das ciências filosóficas. Nas palavras de Santo Alberto Magno, a lógica “ensina os princípios pelos quais se pode chegar ao conhecimento das coisas desconhecidas através daquilo que é conhecido” (*De Praedicab.*, tr. I, c. 5, ed. Borgnet I, 8b). Santo Tomás define a lógica como uma arte “diretiva dos próprios atos da razão para que o homem possa proceder ordenadamente, com facilidade e sem erro no próprio ato da razão” (Prólogo). A lógica é, portanto, uma construção baseada nos processos naturais da mente, inventada para um uso muito específico, a saber, o raciocínio científico. Por ser uma construção, diz-se que a lógica lida com “segundas intenções”, isto é, construções deliberadas da mente, existentes unicamente na mente, de ideias baseadas no modo como os seres humanos conhecem a realidade (“primeiras intenções”), como os predicáveis, sujeito, predicado, premissa maior, premissa menor, termo médio e conclusão. A análise e construção deste guia é o aspecto científico, ou teórico, da lógica. Sob essa consideração, a lógica é em si uma ciência, e é desse aspecto que os lógicos modernos parecem estar interessados. No entanto, o propósito dessa construção é que seja usada por pensadores que desejam prosseguir na descoberta da verdade nas várias ciências. Dessa forma, toda a lógica é uma metodologia, solidamente estabelecida pela análise, para guiar a mente em sua busca por respostas aos problemas levantados na investigação científica. O nome geral dado a todos os tratados lógicos de Aristóteles é *Organon*, o instrumento. Por essa razão, Boécio, o tradutor do século VI da maior parte do *Organon* de Aristóteles, diz que a lógica é “não tanto uma ciência, mas um instrumento da ciência” (*Comm. super Porphyry*, ed. 2a, I, c. 3; ver Santo Tomás, *In Boeth. de Trin.*, q. 5, a. I ad 2; Santo Alberto, *Post Anal.* I, tr. I, c. 1, ed. Borgnet II, 2b).

Deve-se notar, contudo, que a lógica é apenas uma metodologia geral comum a todo conhecimento científico (Ver J.A. Weisheipl, “The Evolution of Scientific Method,” *The Logic of Science*, ed. V.E. Smith — New York: St. John’s Univ. 1964 — 59-86). Acima disso, existe uma lógica particular peculiar a cada campo do conhecimento. Isto é, o método próprio da filosofia natural não é de modo algum idêntico ao da matemática, da metafísica ou da filosofia moral. A lógica, ou metodologia geral, deve ser compreendida antes que qualquer uma das ciências particulares seja investigada e organizada sistematicamente. Essa era, pelo menos, a visão comum aceita por todos os pensadores escolásticos, mesmo que este não fosse o procedimento real seguido nas universidades medievais (ver J.A. Weisheipl, “Classification of the Sciences in Medieval Thought,” *Mediaeval Studies*, 27 (1965)89).

Ao estudar a metodologia, ou a lógica comum de todas as ciências, Aristóteles e aqueles que o seguiram adotaram uma ordem lógica que considerava os problemas decorrentes de cada etapa do pensamento lógico. Os escolásticos pensavam ter encontrado essa ordem nos vários livros de

lógica. Assim, segundo Santo Tomás (Prólogo), os predicáveis (na *Isagoge* de Porfírio) e as categorias (no *De praedicamentis* de Aristóteles) tratam dos universais que são gerados pelo primeiro ato da mente. As proposições, ou enunciações (no *Peri hermeneias* de Aristóteles), tratam das construções de vários tipos de juízo no segundo ato da mente. Essas duas áreas da investigação lógica são anteriores à análise do próprio raciocínio, o terceiro ato da mente. Santo Tomás reconheceu que há dois tipos de análise, ou resolução, a serem considerados: a estrutura formal do raciocínio, que Aristóteles discute nos *Primeiros Analíticos*, e a estrutura material das premissas, que pode ser de três tipos, a saber, necessária e científica (considerada nos *Segundos Analíticos*), provável e dialética (considerada nos *Tópicos*), e errônea e falsa (considerada nos *Elencos Sofísticos*). De todos esses ramos da lógica, o mais importante são os *Segundos Analíticos*, o único livro lógico comentado integralmente por Santo Tomás de Aquino. Santo Alberto afirma claramente que os *Segundos Analíticos* são o ápice, o estudo mais perfeito e o único absolutamente desejável (*simpliciter desiderabile*) entre as obras lógicas de Aristóteles (*Post. Anal.*, 1, tr. 1, cap. 1, ed. Borgnet II, 2b). E os editores leoninos das obras de Santo Tomás afirmam que “os segundos analíticos tratam da demonstração e, portanto, são o objetivo último de toda a ciência da lógica” (Praef. ed. Leon., 1, p. 131).

Nunca ninguém duvidou que os *Segundos Analíticos* seja uma obra extremamente difícil de entender. Mesmo Temístio, ao parafrasear o texto grego, encontrou muito o que reclamar (*Paraphrasis in lib. Post.*, praef.). Segundo João de Salisbury, após o texto ser traduzido para o latim, dificilmente havia um mestre disposto a expô-lo devido à sua extrema sutileza e obscuridade; “há quase tantos obstáculos quanto capítulos” (*Metalogicon* IV, c. 6, ed. Webb 171). No entanto, João atribui a maior parte disso aos erros grosseiros dos copistas e procede a dar ao Ocidente latino a primeira paráfrase da difícil obra de Aristóteles. Parte da dificuldade parece ser que esta é uma obra inicial de Aristóteles, pois a terminologia ainda não está fixada e, especialmente no Primeiro Livro, Aristóteles parece abordar o mesmo ponto de muitas direções, dando ao leitor a impressão de que muitos pontos diferentes estão sendo feitos. Os melhores guias para compreender Aristóteles são Santo Tomás de Aquino, Santo Alberto Magno, Averróis e Roberto Grosseteste.

Ao ler o comentário de Santo Tomás, não se deve apenas ler o texto de Aristóteles primeiro, mas deve-se ter um lápis e papel suficiente para esboçar o texto conforme entendido por Santo Tomás. A divisão do texto foi sempre uma das ferramentas básicas do método escolástico. Portanto, é importante ter em mente esse esboço para entender o ponto que está sendo feito e apreciá-lo no contexto da obra como um todo. Claramente, o próprio Aristóteles escreveu segundo uma ordem sistemática, e cabe ao leitor apreciar essa ordem.

Como Santo Tomás não sabia grego, ele teve que confiar em uma das muitas traduções latinas dos *Segundos Analíticos* disponíveis para ele. Na época em que Santo Tomás escreveu seu comentário, por volta de 1270, havia quatro traduções latinas do grego e duas do árabe. Embora pareça que o próprio Boécio tenha traduzido a obra, os *Segundos Analíticos* tiveram que chegar ao Ocidente latino novamente no século XII como parte da *logica nova*. O texto comum na Idade Média era a versão feita por Tiago de Veneza antes de 1159; era o “texto vulgata” (*Arist. Lat.*, IV.2) em uso durante a segunda metade do século XII e o início do século XIII. Uma versão muito influente do árabe foi feita pelo tradutor, provavelmente Miguel Scott, das obras de Averróis juntamente com as opiniões do Comentador entre 1220 e 1240. Santo Tomás estava indubitavelmente familiarizado com essas duas traduções, mas ele provavelmente confiou na versão revisada feita por Guilherme

de Moerbeke na segunda metade do século XIII (*Arist. Lat.*, IV. 4; cf. De Rubeis, Diss. XXIII, c. 1-2, ed. Leon., 1, cclix-cclxii).

Os *Segundos Analíticos* de Aristóteles possuem uma notável unidade do início ao fim. O primeiro capítulo do Livro I é uma propedêutica para toda a obra; ele coloca o problema fundamental sobre a possibilidade de aprender, isto é, do conhecimento demonstrativo. Seu ponto de partida é o problema colocado por Platão no *Mênon* (80 D-86), onde Sócrates tenta investigar a natureza da virtude, um assunto sobre o qual ele admite não ter pleno conhecimento. Mênon intervém e objeta que toda investigação é impossível, pois “um homem não pode investigar nem sobre o que sabe, nem sobre o que não sabe; pois se sabe, não tem necessidade de investigar; e se não sabe, não pode, pois não conhece o próprio assunto sobre o qual deve investigar.” Ou já sabemos o que procuramos aprender, e isso não é aprender, ou não sabemos o que estamos procurando e, portanto, não podemos saber quando o encontramos. Platão resolve esse dilema por sua doutrina da recordação de ideias já inatas na mente. Os sofistas e nominalistas da Academia assumiram uma posição oposta e alegaram que todo aprendizado é simplesmente um agregado de observações individuais. Em outras palavras, os sofistas sustentavam que não pode haver demonstrações, mas apenas a aquisição de um fato totalmente novo. Aristóteles adotou um meio-termo entre esses dois extremos que teriam todo conhecimento em ato ou nenhum conhecimento em ato por meio de sua engenhosa doutrina da potencialidade. Em vez de dizer que todo conhecimento está realmente na mente ou realmente não está na mente, Aristóteles insiste que todo conhecimento está potencialmente na mente e a tarefa de aprender é trazer essa potencialidade para a atualidade. Basicamente, é a mesma solução que Aristóteles oferece na *Física* para explicar a possibilidade de mudança real.

Na própria questão colocada para investigação, já existe algum conhecimento na mente a partir do qual a investigação começa. O ponto de partida mais importante para a investigação é a questão ou problema colocado. Já temos alguma ideia, ainda que provisória, do assunto da investigação e algum conhecimento do predicado; caso contrário, a questão nunca teria surgido. O propósito da investigação é encontrar o meio definitivo ou termo médio que fornecerá uma resposta à questão levantada. Esse termo médio deve ser uma ou todas as causas físicas na realidade; a mente não descansará até encontrar uma razão causal para a conclusão. No entanto, existem muitos tipos diferentes de questões científicas que podem ser levantadas: se algo existe (*an sit*), o que é (*quid sit*), se tem esta ou aquela propriedade (*quia sit*), e por que é assim (*propter quid*). Para Aristóteles e para Santo Tomás, apenas uma causa verdadeira, objetiva e invariável pode produzir demonstrações dignas do nome científico. Essa causa ou termo médio não pode ser encontrada fora da área em questão, pois isso daria apenas uma visão provável. Em outras palavras, se uma questão é levantada sobre o mundo físico, então apenas uma resposta encontrada dentro da filosofia natural será suficiente. Não se pode, neste caso, apelar para a harmonia, a moral ou a metafísica para a resposta correta. A causa deve ser encontrada dentro do contexto da questão. A resposta não é encontrada apesar da questão ou problema, mas por causa dele.

Nada poderia estar mais longe da verdade do que pensar em todo conhecimento demonstrativo como “dedutivo”. Isso é apenas raramente o caso. A maioria das investigações científicas requer o processo inverso de análise ou decomposição. Uma vez que um termo médio, um verdadeiro meio de demonstração, tenha sido encontrado total ou parcialmente, o resultado pode ser expresso na forma de um silogismo que pode ser testado de acordo com todas as regras descritas nos

Primeiros Analíticos e Elencos Sofísticos. Assim, o silogismo não é um meio de descoberta, mas sim um meio de exposição da verdade adquirida pela análise. De fato, o próprio silogismo pode ser expresso em uma definição que explicita a razão. Aristóteles chama tal definição de uma declaração “que difere do silogismo apenas na posição”.

Embora os *Analíticos Posteriores* seja uma obra científica que pode ser estudada e compreendida por si só, ela não pode ser plenamente entendida até que se veja esse tipo de processo em ação nas várias ciências aristotélicas. Os próprios escolásticos não captaram o significado dessa obra até que pudessem observá-la em funcionamento nos outros escritos de Aristóteles. Em particular, a *Física* e a *Ética* de Aristóteles ajudaram a instruir os escolásticos em seu uso. Somente então Alberto Magno e São Tomás puderam aplicar essa metodologia a novos ramos, como a teologia. A *Suma Teológica* de São Tomás é a glória máxima do uso que se pode fazer ao aplicar a metodologia a um novo domínio do conhecimento. A própria primeira questão da *Suma* é uma obra-prima da metodologia aristotélica.

Embora a presente tradução para o inglês do comentário de São Tomás possa parecer excessivamente literal para muitos, ela tem o mérito de seguir o procedimento de Guilherme de Moerbeke, que, aparentemente a pedido de São Tomás, fez uma tradução literal do grego para que nenhuma nuance se perdesse. Espera-se que aqueles que puderem consultem também o texto latino nas passagens difíceis.

James A. Weisheipl, O.P.

Pontifício Instituto de Estudos Medievais Toronto, Canadá

Revision #2

Created 20 September 2026 15:14:00 by Admin

Updated 20 September 2026 19:37:20 by Admin